

**Banco do
Nordeste**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Banco e FNE

Posição: 30.06.1998



Demonstrações Contábeis

BANCO

Posição: 30.06.1998

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
 SEDE: PRAÇA MURILLO BORGES Nº 01 - FORTALEZA - CEARÁ
 CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE Nº 3465 - C.G.C. MF. 07.237.373/0001-20

**BALANÇO PATRIMONIAL
 PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

30 DE JUNHO DE 1998 E 1997
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

A T I V O			P A S S I V O		
	30.06.98	30.06.97		30.06.98	30.06.97
CIRCULANTE.....	2.236.867	1.503.413	CIRCULANTE.....	1.877.833	1.603.999
DISPONIBILIDADES.....	18.881	18.805	DEPOSITOS.....	1.220.359	934.685
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.....	315.354	380.171	Depósitos à Vista.....	191.900	194.954
Aplicações no Mercado Aberto.....	314.999	216.999	Depósitos de Poupança.....	196.467	145.352
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	355	163.172	Depósitos Interfinanceiros.....	0	10.981
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	456.321	255.966	Depósitos a Prazo.....	831.992	583.398
Carteira Própria.....	356.217	259.977	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	11.490	19.101
Vinculados ao Banco Central.....	100.263	0	Carteira de Terceiros.....	11.490	19.101
Certificados de Privatização.....	7.763	0	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	13.751	19.878
(Provisões para Desvalorizações).....	(7.922)	(4.011)	Recursos de Debêntures.....	13.751	19.878
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	339.758	318.167	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	42.390	57.327
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....	27.521	33.678	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....	30.414	33.433
Créditos Vinculados:			Repasse Interfinanceiros.....	11.323	10.950
Depósitos no Banco Central.....	265.342	247.802	Correspondentes.....	653	12.944
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural.....	9.522	29	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....	350	422
SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....	36.720	21.839	Recursos em Trânsito de Terceiros.....	95	77
Repasse Interfinanceiros.....	0	1.876	Transferências Internas de Recursos.....	255	345
Correspondentes.....	653	12.943	OBRIGAÇÕES POR EMPRESTIMOS.....	77.976	130.548
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....	1.347	1.418	Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....	6.695	3.766
Recursos em Trânsito de Terceiros.....	1	31	Empréstimos no Exterior.....	71.281	126.782
Transferências Internas de Recursos.....	1.346	1.387	OBRIG POR REPASSES DO PAÍS-INST OFICIAIS.....	278.786	121.805
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	934.237	310.839	BNDES.....	78.585	36.532
Operações de Crédito:			CEF.....	8.959	4.077
Setor Público.....	135.536	1.623	FINAME.....	177.899	78.102
Setor Privado.....	562.596	221.119	Outras Instituições.....	13.343	3.094
Operações de Crédito em Atraso:			OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	22.511	30.132
Setor Privado.....	364.156	177.093	Repasse do Exterior.....	22.511	30.132
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....	(128.051)	(88.996)	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	210.220	290.101
OUTROS CRÉDITOS.....	162.577	208.820	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	11.063	13.506
Créditos por Avais e Fianças Honradas.....	4	0	Carteira de Câmbio.....	24.120	53.540
Carteira de Câmbio.....	50.211	105.491	Sociais e Estatutárias.....	7.958	7.399
Rendas a Receber.....	43	17	Fiscais e Previdenciárias.....	24.309	18.007
Negociação e Intermediação de Valores.....	8.294	891	Negociação e Intermediação de Valores.....	13.451	14.010
Créditos Específicos.....	18.101	37.343	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	56.035	108.726
Diversos.....	85.924	65.078	Diversas.....	73.284	74.913
OUTROS VALORES E BENS.....	8.392	9.227	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	3.349.522	2.545.942
Outros Valores e Bens.....	7.812	8.123	DEPOSITOS.....	4.882	133.767
(Provisões para Desvalorizações).....	(1.079)	(651)	Depósitos a Prazo.....	4.882	133.767
Despesas Antecipadas.....	1.659	1.755	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	398.180	371.546
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	3.500.069	3.012.620	Recursos de Debêntures.....	398.180	371.546
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	295.582	34.254	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	10.412	19.384
Carteira Própria.....	282.508	39.553	Repasse Interfinanceiros.....	10.412	19.384
Vinculados ao Banco Central.....	20.152	514	OBRIGAÇÕES POR EMPRESTIMOS.....	82.070	53.202
(Provisões para Desvalorizações).....	(0.078)	(5.813)	Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....	59.422	53.202
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	6.989	6.820	Empréstimos no Exterior.....	22.648	0
Créditos Vinculados:			OBRIG POR REPASSES DO PAÍS-INST OFICIAIS.....	1.073.881	965.229
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural.....	6.989	6.820	BNDES.....	506.669	236.292
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	2.871.298	2.623.491	CEF.....	16.540	20.911
Operações de Crédito:			FINAME.....	519.354	694.741
Setor Público.....	762.588	830.608	Outras Instituições.....	31.318	13.285
Setor Privado.....	2.108.710	1.792.883	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	189.503	138.266
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:			Repasse do Exterior.....	189.503	138.266
Setor Privado.....	414.646	380.135	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	1.590.594	864.548
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....	(414.646)	(380.135)	Fiscais e Previdenciárias.....	42.355	43.972
OUTROS CRÉDITOS.....	326.200	348.055	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	1.411.897	734.659
Créditos por Avais e Fianças Honradas.....	1	1	Diversas.....	136.342	85.917
Créditos Específicos.....	204.639	201.846	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....	878	2.794
Diversos.....	121.560	146.208	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....	878	2.794
Créditos de Liquidação Duvidosa.....	40.816	23.757	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	757.063	619.931
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa).....	(40.816)	(23.757)	CAPITAL.....	677.000	539.000
PERMANENTE.....	248.360	256.633	De Domiciliados no País.....	677.000	539.000
INVESTIMENTOS.....	1.415	1.035	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....	56.145	58.731
Participações em Coligadas e Controladas - No País.....	3.435	3.435	RESERVAS DE LUCROS.....	23.918	20.597
Outros Investimentos.....	2.227	2.192	LUCROS ACUMULADOS.....	0	1.603
(Provisão para Perdas).....	(4.247)	(4.592)			
IMOBILIZADO DE USO.....	171.705	176.698			
Imóveis de Uso.....	187.943	187.757			
Outras Imobilizações de Uso.....	53.442	61.153			
(Depreciações Acumuladas).....	(69.680)	(72.212)			
DIFERIDO.....	75.240	78.900			
Gastos de Organização e Expansão.....	115.182	98.360			
(Amortização Acumulada).....	(39.942)	(19.460)			
TOTAL DO ATIVO.....	5.985.296	4.772.666	TOTAL DO PASSIVO.....	5.985.296	4.772.666

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
SEDE: PRAÇA MURILLO BORGES Nº 01 - FORTALEZA - CEARA
CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE Nº 3465 - C.G.C. MF. 07.237.373/0001-20

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETARIA**

30 DE JUNHO DE 1998 E 1997
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	1º sem/98	1º sem/97
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	506.459	407.356
-Operações de Crédito.....	373.885	319.821
-Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	86.171	55.584
-Resultados de Operações de Câmbio.....	14.297	13.795
-Resultado das Aplicações Compulsórias.....	32.106	18.156
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	(462.948)	(444.085)
-Operações de Captação no Mercado.....	(154.018)	(142.648)
-Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.....	(190.037)	(132.456)
-Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(118.893)	(168.981)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	43.511	(36.729)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	12.956	69.498
-Receitas de Prestação de Serviços.....	67.621	59.123
-Despesas de Pessoal.....	(127.820)	(133.055)
-Outras Despesas Administrativas.....	(86.173)	(60.166)
-Despesas Tributárias.....	(5.851)	(4.278)
-Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	0	0
-Outras Receitas Operacionais.....	245.248	240.354
-Outras Despesas Operacionais.....	(80.069)	(32.480)
RESULTADO OPERACIONAL.....	56.467	32.769
RESULTADO NAO OPERACIONAL.....	(655)	(360)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....	55.812	32.409
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	(26.829)	(5.777)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO.....	0	0
LUCRO LIQUIDO DO SEMESTRE.....	28.983	26.632
Nº de Ações (em milhões)	43.925	30.333
Lucro Líquido do Semestre por Lote de Mil Ações (em R\$).....	0,66	0,88

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.
SEDE: PRAÇA MURILLO BORGES Nº 01 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE Nº 3465 - C.G.C. MF. 07.237.373/0001-20

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

30 DE JUNHO DE 1998 E 1997
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO			RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIÇÃO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	ATIVOS PROPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS		
SALDOS EM 31.12.96.....	506.000	(140.000)	0	0	54.386	2.122	31.569	0	454.077
AUMENTO DE CAPITAL:									
- Proveniente de Reservas:									
- Transf p/ Aumento de Capital		33.000				(2.000)	(31.000)		0
- Incorporação ao Capital.....	33.000	(33.000)							0
- Proveniente de Capital a Realizar.....	(140.000)	140.000							0
- Decorrente de Subscrições de Ações.....	140.000								140.000
OUTROS EVENTOS:									
- Reavaliação de Ativos:									
- Realização da Reserva:									
.Valor Bruto.....					(2.227)			2.227	0
.Encargos Tributários.....					6.572			(958)	5.614
.Reversão de parte dos Encargos Tributários.....								334	334
LUCRO LIQUIDO DO SEMESTRE.....								26.632	26.632
DESTINAÇÕES:									
- Reservas.....						1.332	18.574	(19.906)	0
- Dividendos.....								(6.726)	(6.726)
SALDOS EM 30.06.97.....	539.000	0	0	0	58.731	1.454	19.143	1.603	619.931
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	33.000	140.000	0	0	4.345	(668)	(12.426)	1.603	165.854
SALDOS EM 31.12.97.....	539.000	85.000	0	0	57.461	3.482	50.351	0	735.294
AUMENTO DE CAPITAL:									
- Proveniente de Reservas:									
- Transf p/ Aumento de Capital	0	53.000				(3.000)	(50.000)		0
- Incorporação ao Capital.....									0
- Proveniente de Capital a Realizar.....									0
- Decorrente de Subscrições de Ações.....									0
OUTROS EVENTOS:									
- Reavaliação de Ativos:									
- Realização da Reserva:									
.Valor Bruto.....					(2.309)			2.309	0
.Encargos Tributários.....					993			(993)	0
.Reversão de parte dos Encargos Tributários.....									0
LUCRO LIQUIDO DO SEMESTRE.....								28.983	28.983
DESTINAÇÕES:									
- Reservas.....						1.449	21.636	(23.085)	0
- Dividendos.....								(7.214)	(7.214)
SALDOS EM 30.06.98.....	539.000	138.000	0	0	56.145	1.931	21.987	0	757.063
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	0	53.000	0	0	(1.316)	(1.551)	(28.364)	0	21.769

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
 PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

30 DE JUNHO DE 1998 E 1997
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

	1º sem/98	1º sem/97
ORIGEM DOS RECURSOS.....	818.109	693.014
LUCRO LIQUIDO DO SEMESTRE AJUSTADO (1).....	47.036	40.195
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....	(1.583)	45
AUMENTO DE CAPITAL-Decorrente de subscrição de Ações	0	140.000
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	0	5.948
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:		
- AUMENTO DOS SUBGRUPO DO PASSIVO:		
Depósitos.....	55.696	
Captações no Mercado Aberto.....		0
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	12.436	73.110
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	26.350	17.400
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	113.029	89.343
Outras Obrigações.....	484.350	275.249
- REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	51.445	50.720
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....		
Outros Créditos.....	28.325	
Outros Valores e Bens.....		
- ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS:		
Bens Não de Uso Próprio.....	45	650
Imobilizado de Uso.....	978	354
Investimentos.....	2	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS.....	816.691	690.005
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES PROPOSTOS.....	7.214	6.726
INVERSÕES EM:		
Bens Não de Uso Próprio.....	289	996
Imobilizado de Uso.....	2.885	4.879
Investimentos.....	133	240
APLICAÇÕES NO DIFERIDO.....	2.203	19.985
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		
Títulos e Valores Mobiliários.....	265.804	10.345
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	77.759	101.487
Operações de Crédito.....	430.446	291.045
Outros Créditos.....		25.018
Outros Valores e Bens.....	50	570
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:		
Depósitos.....	0	72.588
Operações Compromissadas.....	29.908	156.126
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....		
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES.....	1.418	3.009
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA: Aumento nas Disponibilidades.....	1.418	3.009
Início do Semestre.....	17.463	15.796
Fim do Semestre.....	18.881	18.805
(1) DEMONSTRATIVO DO LUCRO LIQUIDO DO PERÍODO AJUSTADO:		
LUCRO LIQUIDO DO SEMESTRE.....	28.983	26.632
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO DO SEMESTRE:		
Depreciações e Amortizações.....	17.353	13.563
Provisão para Perdas em Investimentos.....		
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	700	
Ajustes de Exercícios Anteriores.....		
LUCRO LIQUIDO DO PERÍODO AJUSTADO.....	47.036	40.195

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Semestres findos em 30 de junho de 1998 e 1997

1. O BANCO E SUAS CARACTERÍSTICAS

O Banco do Nordeste do Brasil S. A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal N.º 1.649, de 19.07.52. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, através do suprimento de recursos financeiros e de suporte à capacitação técnica a empreendimentos da Região.

Para cumprimento de sua missão, além da concessão de créditos para implantação de empreendimentos, o Banco do Nordeste prima, em parceria com os clientes, pela continuidade e sucesso dos negócios realizados, através de processo de visita técnica e gerencial, aportando recursos adicionais, quando necessários.

Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras da espécie, exceto a carteira de crédito imobiliário. A Assembléia Geral Extraordinária de 17/10/97 aprovou a realização de operações na carteira de crédito imobiliário, cujo processo está tramitando nas esferas competentes.

Na qualidade de órgão de desenvolvimento, o Banco do Nordeste é administrador, dentre outros programas de fomento, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, nos termos dos dispositivos constitucionais vigentes, regulamentados pelas Leis N.ºs 7.827, de 27.09.89 e 9.126, de 10.11.95, e operador do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, criado pelo Decreto-Lei N.º 1.376, de 12.12.74, cuja administração está a cargo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, levando-se em consideração, quando aplicáveis, as disposições da legislação tributária.

3. DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Apuração de Resultados

A apuração é feita de acordo com o regime contábil de competência, destacando-se os seguintes procedimentos:

- ⇒ os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos circulante e de longo prazo são apropriados "pro rata die";
- ⇒ os encargos sobre férias e 13º salário são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição;
- ⇒ são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável;

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Apresentados pelos valores de liquidação, os quais incorporam os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzidos das respectivas rendas a apropriar.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com a Resolução N.º 1.748, de 30.08.90, do Conselho Monetário Nacional, exceto com relação às operações com o Grupo Mendes Júnior (vide alínea "c" seguinte).

c) Excepcionalidade - Voto N.º 142/94, do Conselho Monetário Nacional

Em 20.09.94, o Conselho Monetário Nacional - C.M.N. aprovou o Voto N.º 142/94, conferindo tratamento contábil excepcional aos financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste ao Grupo Mendes Júnior. Tais financiamentos, realizados através de repasses de fundos provenientes do Banco do Brasil S.A., na forma da Circular BACEN N.º 708/82, e de recursos internos do Banco do Nordeste, originaram-se de decisões tomadas desde 1988, decorrentes do relacionamento comercial do Brasil com o Iraque, bem como da implementação da Resolução N.º 881, da Organização para as Nações Unidas, concretizada no Brasil com a edição do Decreto N.º 99.441/90.

Até que sejam implementadas todas as medidas legais e administrativas necessárias à completa resolução da pendência, está o Banco do Nordeste em relação às operações tratadas no citado Voto, desobrigado de:

- ⇒ transferi-las para “Créditos em Liquidação”;
- ⇒ constituir, a partir de 01.07.94, provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- ⇒ incluí-las no limite de endividamento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional N.º 1.559/88.

De outra parte, o Banco do Nordeste somente reconhecerá as rendas dessas operações quando do seu efetivo recebimento.

A posição dos créditos do Banco do Nordeste junto ao Grupo Mendes Júnior, em 30.06.98, classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo, era a seguinte:

	R\$ Mil				
	Saldo Devedor	Rendas Não Apropriadas	Saldo Líquido	Provisão Constituída	Provisão Não Constituída
Vencido	495.167				
Vincendo	21.880				
Total	517.047	430.340	86.707	9.581	77.126

Citados créditos estão amparados por garantia hipotecária, alienação fiduciária de equipamentos, fiança dos principais dirigentes do Grupo Mendes Júnior e caução dos direitos creditórios.

O Banco do Nordeste, através de sua superintendência jurídica, tem diligenciado no sentido de resguardar seus direitos em qualquer instância em que venha situar-se a pendência.

d) Permanente

Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31.12.95, observado o seguinte:

- ⇒ os Investimentos estão retificados pela Provisão para Perdas;
- ⇒ os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação;
- ⇒ o Imobilizado está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, das seguintes taxas anuais:
 - Edificações..... 4 %
 - Sistemas de Transporte e de Processamento de Dados..... 20 %
 - Demais itens..... 10 %
- ⇒ o Diferido é composto, principalmente, pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e pelas despesas diferidas autorizadas pelas Circulares N.ºs 2.582/95 e 2.707/96 do BACEN, retificadas pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual fixa de 20%;

e) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrados pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das despesas a apropriar.

f) Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS

Encontram-se registrados no ativo do Banco créditos junto ao FCVS no valor de R\$ 36.701 mil.

A Instituição optou, em 30.06.98, pela novação da dívida de responsabilidade do FCVS, facultada pela Medida Provisória 1.635-22, de 10.06.98. O procedimento, realizado conforme as regras da Carta-Circular do BACEN nº 2704, de 04.12.96, ocasionou estorno de receitas no valor de R\$ 2.745 mil e reversão de provisão de R\$ 13.300 mil. O processo de validação do montante registrado em seus ativos foi encerrado em 31.03.98.

g) Correção Monetária das Demonstrações Contábeis

De acordo com o art. 4º da Lei N.º 9.249, de 26.12.95, o Banco do Nordeste não efetuou, a partir de 01.01.96, a correção monetária patrimonial. Objetivando evidenciar os ganhos e perdas nos itens monetários não reconhecidos por força da referida lei, apresentamos, a seguir, demonstração de resultado resumida, posição 30.06.98, elaborada na forma de moeda de capacidade aquisitiva constante, com a utilização da variação do IGP-M, onde se evidencia um aumento da base de cálculo para tributos de aproximadamente 7.447 mil (C.M. Patrimônio

Líquido R\$ 14.724 mil menos C.M. Permanente R\$ 7.277 mil), gerando um encargo adicional de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 3.157 mil:

	R\$ Mil
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	410.684
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(371.406)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	39.278
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	9.893
RESULTADO OPERACIONAL	49.171
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(659)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	48.512
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(23.819)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	24.693

4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Principais Destaques

	R\$ Mil	
	30.06.98	30.06.97
Empréstimos e Títulos Descontados	828.871	663.004
Financiamentos	1.199.709	858.042
Financiamentos Rurais e Agro-industriais	1.009.687	601.026
Financiamentos Imobiliários	12.526	13.161
Financiamentos de Infra-Estrutura e Desenvolvimento	882.793	888.094

As operações de crédito do Banco do Nordeste estão pactuadas às taxas normais de mercado. No tocante ao FNE, o Banco faz jus, além do “del credere”, à taxa de administração de 3% (três por cento) a.a., conforme Lei n.º 9.126, de 10.11.95, sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, arcando com o risco operacional dos créditos pactuados.

5. OUTROS CRÉDITOS - Principais Destaques

	R\$ Mil	
	30.06.98	30.06.97
Carteira de Câmbio		
⇒ Câmbio Comprado a Liquidar	43.603	65.422
Créditos Específicos		
⇒ Operações Refinanciadas c/ o Governo Federal	214.210	201.846
⇒ Tesouro Nacional –Alongamento de Crédito Rural	8.530	37.343
Diversos		
⇒Créditos Tributários-Imp.de Renda, Contribuição Social e Outros	123.528	151.587
⇒Devedores por Depósitos em Garantia	16.653	13.829
⇒Imposto de Renda a Compensar	6.055	3.869
⇒Pgts. a Ressarcir/Contribuição Social a Compensar	4.384	4.050

6. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS/RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Em relação às obrigações por empréstimos e repasses contratados no País, as taxas de juros variam de 0 a 12% a.a. e a atualização monetária, quando aplicável segundo as disposições legais e contratuais, é calculada com base em índices oficiais. As obrigações contraídas junto ao Sistema BNDES têm encargos com base na TJLP, acrescida de “spread” médio de 3% a.a.

Quanto às obrigações externas, com os principais destaques discriminados a seguir, as taxas de juros variam de 6 a 13,3682% a.a. (inclusive Imposto de Renda) e a correção cambial, quando aplicável segundo as disposições contratuais, é calculada com base em índices oficiais.

Tais obrigações são amortizadas em datas e valores variáveis, no prazo de até 14 anos, no caso das assumidas no País, e no prazo de até 25 anos, quando contratadas no exterior.

Os repasses ativos são feitos nas mesmas condições dos passivos, quanto a encargos e amortizações, e são amparados por garantias reais, avais e fianças, ou outras garantias colaterais.

	R\$ Mil	
	30.06.98	30.06.97
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS		
⇒ Eurobônus	299.487	274.501
⇒ Euroyens	51.848	59.848
⇒ Resolução 2148 – Notas de Crédito Rural	60.596	55.419
⇒ Resolução 2312		1.656
REPASSES INTERFINANCEIROS		
⇒ Resolução 63/Circular 708	21.735	30.334
EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR		
⇒ Exportação até 360 dias	37.910	69.556
⇒ Importação acima de 360 dias	35.188	8.667
⇒ Importação acima de 360 dias - CCR	14.939	13.594
OBRIG.P/REPASSES DO PAÍS-INSTITS. OFICIAIS		
BNDES		
⇒ POC – FINEM	448.855	226.795
⇒ Estiagem	15.536	
FINAME		
⇒ Programa Especial	547.945	659.132
⇒ Programa Automático	97.680	73.619
REPASSES DO EXTERIOR		
Resolução 63	1.766	1.644
Recursos do BID	210.248	166.754

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES - Principais Destaques **R\$ Mil**

	30.06.98	30.06.97
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento		
⇒ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT	1.395.735	713.214
⇒ FNE – Disponível	51.176	107.159
Diversas		
⇒ Riscos com Operações do FNE	134.959	85.660
⇒ Provisão para Despesas de Pessoal	23.984	38.351

8. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - Principais Destaques **R\$ Mil**

	30.06.98	30.06.97
Receitas c/Taxa de Administração, Supervisão e Del-Credere de Fundos operacionalizados pelo Banco	210.434	163.765
Operações Refinanciadas com o Governo Federal	15.797	19.159

9. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - Principais Destaques **R\$ Mil**

	30.06.98	30.06.97
Riscos com Operações do FNE	46.682	8.730
Dispensa de Encargos de Operações	470	1.495
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	13.933	10.261

10. PROVISÕES

a) Créditos de Liquidação Duvidosa

Durante o semestre findo foi constituída provisão no valor de R\$ 177.732 mil, a qual, deduzida da reversão de provisões, de R\$ 12.157 mil (R\$ 4.513 mil, do Banco e R\$ 7.644 mil do FNE), resultou numa provisão líquida de R\$ 165.575 mil, para o Banco. Foi baixado, como prejuízo, o montante de R\$ 131.829 mil.

De acordo com a Resolução nº 2.404/97, do Banco Central do Brasil, os créditos do Estado de Alagoas não foram transferidos para atraso, tendo em vista a formalização de sua cessão para a Caixa Econômica Federal.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os cálculos dos encargos do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro foram feitos em consonância com os dispositivos das Leis N° 9.249/95, 9.430/96 e 9.532/97.

A Provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15%, à qual é acrescido o adicional de 10%, sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas em lei; a Contribuição Social, calculada à alíquota de 18% sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação.

c) PASEP

Provisionado à alíquota de 0,75%, observada a base de cálculo definida em lei.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social é de R\$ 677.000 mil, representado por 43.924.846.280 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	20.243.134.330	0	83,14	46,09
Fundo Nacional de Desenvolvimento-FND	0	11.880.482.250	0,00	27,05
Bankers Trust Investments PLC	0	3.641.600.000	0,00	8,29
Caixa de Prev. dos Func. do BNB-CAPEF	2.367.105.922	1.118.317.831	9,72	7,93
Societe Generale Securities Corporation	0	1.063.400.000	0,00	2,42
BNDES-Participações S/A-BNDESPAR	448.957.300	194.854.822	1,84	1,47
Fundo de Participação Social-FPS	0	623.524.173	0,00	1,42
Fdo. Mút. Inv. em Ações Luce-Cart.Livre	386.424.219	182.833.135	1,59	1,30
Fundo de Inv. Capital Estrang. Rally	14.585.400	153.722.100	0,06	0,38
Torrey Foundation	1.587.800	100.000.000	0,01	0,23
Ferdinando Gatti	38.880.600	52.402.200	0,16	0,21
Carlos Augusto Amaral P. de Barros	17.165.450	50.507.886	0,07	0,15
Avelino de Almeida Neto	60.000.000	0	0,25	0,14
Luiz Alves Paes de Barros	6.290.180	48.556.455	0,03	0,12
Francisco Deusmar de Queirós	14.555.007	32.907.411	0,06	0,11
Roberto Lopes Goyanna	18.504.500	23.362.200	0,08	0,10
Jacob Light	8.800.000	31.600.000	0,04	0,09
Suzana David de Sanson Camanho	20.046.000	10.254.000	0,08	0,07
Eugênio do Espírito Santo Menezes	0	20.000.000	0,00	0,05
Francisco Asclépio Barroso Aguiar	17.158.680	2.753.545	0,07	0,05
Cia Metalgraphica Paulista	0	16.949.100	0,00	0,04
José Vilela de Andrade Neto	0	15.100.000	0,00	0,03
Henrique Brenner	8.700.020	5.600.000	0,04	0,03
Estado do Ceará	11.137.500	2.227.500	0,05	0,03
Outros	665.189.173	305.669.591	2,73	2,21
TOTAL	24.348.222.081	19.576.624.199	100,00	100,00

12. DIVIDENDOS

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o resultado do primeiro semestre, a título de adiantamento por conta do dividendo do exercício.

A Diretoria propôs, para apreciação do Conselho de Administração “ad referendum” da Assembléia Geral, o pagamento antecipado de dividendos, assim calculado:

	R\$ Mil
1. Lucro Líquido do Semestre	28.983
2. Reserva Legal Constituída	(1.449)
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	1.316
4. Base de Cálculo do Dividendo	28.850
5. Dividendo Proposto e Provisionado de 25,006%	7.214
-Dividendo complementar por lote de 1.000 ações preferenciais (0,1730x19.576.624,199)...	3.387
-Dividendo complementar por lote de 1.000 ações ordinárias (0,1572 x 24.348.222,081)....	3.827

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 9.457/97 e o disposto no parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social do Banco.

Os dividendos serão pagos com encargos financeiros à base da TR da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista.

13. RESERVA DE REAVALIAÇÃO

a) **Itens reavaliados:** bens de uso próprio

b) **Valor original da reserva constituída:** CR\$ 1.796.325 mil, posição 26.02.93

c) **Critérios e procedimentos de realização da reserva, de transferência para "Lucros ou Prejuízos Acumulados" e de cômputo na base de cálculo de distribuição de participações e dividendos:**

⇒ a realização da reserva de reavaliação e a transferência para "Lucros ou Prejuízos Acumulados" ocorre quando da efetivação das despesas de depreciação. O resultado do semestre foi afetado em R\$ 1.316 mil.

⇒ houve distribuição de dividendos sobre o valor da realização da reserva.

14. CONTINGÊNCIAS

a) **Contribuição Social**

Encontra-se contabilizado um crédito tributário de R\$ 635 mil, referente à Contribuição Social de 1988, considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Em 02.07.97 o Banco do Nordeste pediu desistência do recurso administrativo interposto em 28.06.96, a fim de efetuar a compensação imediata, com valores da mesma contribuição, devidos no exercício atual, amparado na IN n.º 21, de 10.03.97, da Secretaria da Receita Federal.

b) **FINSOCIAL**

O Banco tem registrado um crédito tributário, no valor de R\$ 3.025 mil, referente ao saldo remanescente das parcelas do FINSOCIAL recolhidas no período de set/89 a mar/92, consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal e que foram restituídas pela União parcialmente em 15.10.96. O saldo remanescente foi objeto de precatório complementar.

c) **Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e Programa de Formação Profissional - PFP - Leis n.º 6.321/76 e 6.297/75**

O Banco do Nordeste está contestando em juízo impugnações do Fisco Federal relativamente a esses dois Programas Incentivados. Encontra-se provisionado o valor de R\$ 512 mil para fazer face a perdas, em caso de decisão desfavorável na esfera do Poder Judiciário.

d) **Contribuições Previdenciárias**

O Banco do Nordeste ingressou, em 25.07.96, na Justiça Federal, com ação anulatória de débito fiscal, requerendo a declaração de nulidade da notificação fiscal de lançamento de débito expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, no valor correspondente a 19.862.855,29 UFIR. O processo encontra-se aguardando julgamento na 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, com acentuada possibilidade de êxito para o Banco.

Por manter expectativa de sucesso em relação à questão, o Banco deixou de fazer o provisionamento, considerando parecer de sua Superintendência Jurídica e jurisprudência existente, bem como pelo fato de ser detentor de liminar concedida pelo TRF – 5ª Região, confirmando a decisão da Justiça Federal do Ceará.

e) **Créditos Tributários**

A legislação fiscal delimita a dedutibilidade das despesas com provisões para devedores duvidosos (contabilizadas conforme a Resolução n.º 1.748/90, do Banco Central), as quais se tornarão dedutíveis em exercícios futuros, quando revertidas.

Diante da temporariedade da adição das provisões e conforme disposição da Circular n.º 2.217/97, do Banco Central, foi registrado crédito tributário correspondente ao imposto de renda e

contribuição social sobre as diferenças temporais, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis no primeiro semestre de 1998.

O saldo da provisão ativa de imposto de renda (25%) e contribuição social (18%) apresenta a seguinte composição:

	30.06.98	30.06.97
Créditos Tributários de Imposto de Renda –	R\$ 68.111 mil	R\$ 85.003 mil
Créditos Tributários de Contribuição Social –	R\$ 49.040 mil	R\$ 61.202 mil

15. REMUNERAÇÃO PAGA A FUNCIONÁRIOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários e administradores são os seguintes:

Remuneração Bruta	Funcionários (1)	Administradores (2)
Máxima	R\$ 6.932,04	R\$ 8.318,45
Mínima	R\$ 203,87	
Média	R\$ 2.150,23	

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

(2) Inclui R\$ 1.386,02, referentes ao adicional de 20% da remuneração do cargo, fixado pelo Ministério da Fazenda.

Em 30.06.98, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 4.174, contra 4.641, na posição de 30.06.97, registrando-se, no período, uma redução de 10,06% no quadro de pessoal do Banco.

16. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ASSISTÊNCIA MÉDICA

O Banco é patrocinador da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência privada, que complementa a aposentadoria de funcionários associados e a pensão de seus dependentes, bem como da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, que presta assistência aos funcionários do Banco, no tocante à proteção de sua saúde, bem como de seus dependentes. A CAPEF encontra-se sob intervenção do Ministério da Previdência e Assistência Social desde o dia 04 de agosto de 1997.

Apresentam-se, a seguir, as informações relevantes atinentes ao funcionamento da CAPEF:

a) Custo anual

1º semestre de 1998 - R\$ 18.101 mil (R\$ 26.544 no 1º semestre de 97)

b) Regime atuarial

A CAPEF adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas relativas a benefícios de complementação de aposentadoria, pensão e pecúlio.

c) Plano de benefícios

O tipo de plano adotado é o de benefício definido, assegurando:

⇒ Aos participantes: complementação de aposentadoria por tempo de serviço, complementação de aposentadoria por invalidez e complementação de aposentadoria por idade.

⇒ Aos dependentes de participantes: complementação de pensão e pecúlio.

d) Obrigações vencidas

Não existem.

e) Compromissos estatutários da companhia em relação às insuficiências patrimoniais

Conforme nossos consultores jurídicos, o Banco do Nordeste, enquanto patrocinador, não responde diretamente por eventuais insuficiências atuariais apuradas pela CAPEF, na forma do que dispõe a Lei 8.020/90.

f) Valor do superávit e suas razões

Na posição de 30 de junho de 1998 registra-se um superávit técnico no montante de R\$ 102.394 mil (déficit de R\$ 79.932 em junho/97), considerando-se as medidas adotadas pelo Interventor da CAPEF, na sua Resolução nº 001, de 19/08/97.

g) Taxas de Contribuições Atuais e Futuras

I. Sobre a Folha de Pagamento de Participantes Ativos

Faixas Salariais (*)	Participação (%)		
	Participante	Patrocinador	Total
Até 0,5	5,0	19,8	24,8
De 0,5 a 1,0	7,0	17,8	24,8
De 1,0 a 1,2	9,0	15,8	24,8
Acima de 1,2	17,0	7,8	24,8

(*) Em tetos de salário de contribuição da Previdência Social (R\$ 1.081,50)

II. Sobre Benefícios

	Contribuição (%)		
	Participante	Patrocinador	Total
Complementação de Aposentadoria	20,00	30,0	50,0
Complementação de Pensão	0,0	20,0	20,0

Os salários sobre os quais incidem as taxas de contribuição constantes das tabelas acima foram fixados com base na posição de agosto/97, conforme Resolução 001/97, de 19/08/97, do Interventor. Relativamente ao quadro I, os valores de contribuições para cada participante serão atualizados de acordo com a referida Resolução.

h) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

1º Semestre de 1998: 1:1,74 em média (1º Semestre de 1997: 1:1,47).

i) Reavaliação Atuarial

A última reavaliação atuarial da entidade aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar diz respeito ao exercício findo em 31 de dezembro de 1997, conforme ofício N.º 452/GAB/SPC de 25 de junho de 1998.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados em contas patrimoniais, que apresentavam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis na posição de 30.06.98, são resumidos como segue:

Enquadramento Contábil	R\$ Mil	
	Valor de Mercado	Valor Contábil
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Livres		
Títulos de Renda Fixa		
Títulos da Dívida Agrária (a)	46	71
Outros		
.Nuclebrás, Portobrás e Títulos da Securitização do PROAGRO (a)	18.144	27.915
Títulos de Renda Variável (b)	93.140	98.345

(a) Para os TDAs, NUCLEBRÁS, PORTOBRÁS e Títulos da Securitização do PROAGRO, levamos em consideração o nível médio de deságio negociado no mercado, em torno de 35%, que coincide com os registros de "PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS" na contabilidade.

(b) Englobam os CI's do FINOR e ações da ELETROBRÁS depositadas no Fundo Nacional de Desestatização - FND.

Os valores nominais dos instrumentos financeiros (contratos de swaps) registrados em conta de compensação (valor global) e os correspondentes valores das contas patrimoniais (valores a receber/pagar), em 30.06.98, são resumidos como segue:

R\$ Mil

POSIÇÃO ATIVA	VALOR GLOBAL	VALOR A RECEBER
Pós-fixadas	15.292	2.781
Prefixados	217.426	5.385
T O T A L	232.718	8.166

R\$ Mil

POSIÇÃO PASSIVA	VALOR GLOBAL	VALOR A PAGAR
Mercado Interfinanceiro	230.634	8.156
Moeda Estrangeira (US\$)	2.084	34
T O T A L	232.718	8.190

Os contratos de "swaps" possuem os seguintes vencimentos:

R\$ Mil

Até 90 dias	191.175
De 91 a 180 dias	10.882
De 181 a 365 dias	3.461
Acima 365 dias	27.200
T O T A L	232.718

18. DIFERIMENTO DE DESPESAS

Com vistas a adequar suas ações ao novo contexto do Sistema Financeiro, utilizando modernas técnicas de gestão, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da Região, o Banco do Nordeste implementou, a partir de 1995, o seu Plano Estratégico de Reestruturação, tendo como focos o atendimento ao agente produtivo, a sua auto-sustentabilidade e o relacionamento político-institucional.

A decisão levou em consideração, dentre outras variáveis, a faculdade concedida pelo Banco Central do Brasil, através das Circulares N°s 2.582 e 2.707, de 21.06.95 e 31.07.96, respectivamente, passando o Banco a diferir os gastos com diversos projetos, no valor total de R\$ 108.529 mil, todos implantados até 31/12/97.

Os gastos são amortizados linearmente à taxa anual de 20% (correspondente a 1,667% a.m.), sendo que do total despendido com os projetos, já foram amortizados o montante de R\$ 38.098 mil, com previsão de amortização do saldo remanescente até o primeiro semestre de 2002.

19. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Em observância à Carta-Circular N.º 2.217, do BACEN, em 31.01.96, o Banco do Nordeste segregou de suas contas patrimoniais os valores relativos aos recursos do FNE, registrando-os em contas de compensação com os mesmos níveis de detalhamento até então verificados, ficando nas contas patrimoniais do Banco do Nordeste (Obrigações) os recursos livres, que ainda não estão liberados e comprometidos com operações de crédito.

A provisão dos créditos de liquidação duvidosa para às operações realizadas com recursos do FNE é constituída de acordo com as regras estabelecidas pelo Fundo e registrada pelo Banco como provisão para passivos contingentes, R\$ 134.959 mil em 30.06.98 e R\$ 85.660 mil em 30.06.97.

O FNE apresenta, em 30.06.98, o balanço abaixo discriminado:

R\$ Mil

A T I V O	30.06.98	30.06.97	P A S S I V O	30.06.98	30.06.97
Circulante e Realizável a Longo Prazo	4.777.742	3.748.840	Circulante e Exigível a longo Prazo	6.912	12.789
Disponibilidades Livres	51.176	107.159	Outros Valores	6.912	12.789
Relações Interfinanceiras	104.764	101.655	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.659.108	3.762.051
			Transferências da União	2.971.705	2.093.117
Operações de Crédito	4.621.802	3.566.026	Reserva para Contingência	34.869	25.994
			Resultados de Exercício Anteriores	1.652.534	1.544.091
			Resultado do Exercício	111.722	98.849
T O T A L	4.777.742	3.774.840	T O T A L	4.777.742	3.774.840

O FNE é administrado pelo Banco do Nordeste, a quem cabe, por força da Lei N.º 7.827, de 27.09.89, gerir os recursos do Fundo; definir normas, procedimentos e condições operacionais; analisar e enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos; fixar juros; deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros; prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos de aplicações e exercer outras atividades inerentes à função de órgão administrador.

Compete, ainda, ao Banco do Nordeste, na condição de responsável pela integridade patrimonial do Fundo, honrar os créditos que se revelarem irrecuperáveis. Além disso, para a sua operacionalização é indispensável a utilização de sua estrutura logística, compreendendo, instalações, mão-de-obra e sistemas informatizados. É oportuno apresentar a estrutura consolidada das contas do Banco do Nordeste e do FNE, com destaque para os itens modificados:

		R\$ Mil			
A T I V O	30.06.98	30.06.97	P A S S I V O	30.06.98	30.06.97
Circulante e Realizável a Longo Prazo			Circulante e Exig. a Longo Prazo		
Disponibilidades	18.881	18.805	Depósitos	1.225.241	1.068.452
Aplicações Interfinanc. de Liquidez	315.354	380.171	Captações no Mercado Aberto	11.490	19.101
Títulos e Valores Mobiliários	751.903	290.220	Recs. De Aceites e Emissão de Tít.	411.931	391.424
Relações Interfinanceiras	451.511	426.643	Relações Interfinanceiras	52.802	76.711
Relações Interdependências	1.347	1.418	Relações Interdependências	350	422
			Obrigações por Empréstimos	160.046	183.750
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.292.377	6.414.455	Obrig.p/Rep.do País –Inst. Oficiais	1.352.667	1.087.035
Operações de Crédito			Obrigs. por Repasses do Exterior	212.014	168.398
Setor Público	898.124	832.231			
Setor Privado	7.117.855	5.452.857	OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.385.509	4.723.640
Operações de Crédito em Atraso			FNE	4.770.830	3.762.051
Setor Privado	954.053	684.399	Outros	1.614.679	961.589
(Provisão para CL)	(677.655)	(555.032)			
Outros Créditos	481.865	544.085	RESULT.DE EXERC.FUTUROS	878	2.794
Outros Valores e Bens	8.392	9.227			
PERMANENTE	248.361	256.633	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	757.063	619.930
T O T A L	10.569.991	8.341.657	T O T A L	10.569.991	8.341.657

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Transações com Partes Relacionadas

O Banco do Nordeste não realizou transações com empresas coligadas e controladas nos primeiros semestres de 1998 e 1997. As operações com empresas sob o controle do Governo Federal - acionista majoritário do Banco - montam em R\$ 528.710 mil. Tais operações de crédito foram realizadas sob as mesmas condições aplicáveis a partes não-relacionadas.

b) Garantias Prestadas

As garantias concedidas a terceiros, sob a forma de fianças e avais, totalizam R\$ 18.128 mil, estando sujeitas a encargos financeiros e a contragarantias pelos beneficiários.

c) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco estão suficientemente segurados no montante de R\$ 193.511 mil, assim distribuídos:

⇒ Bens Móveis: R\$ 21.002 mil;

⇒ Bens Imóveis: R\$ 172.509 mil.

d) Projeto ano 2000 – “Bug” do Milênio

Visando eliminação dos efeitos do “bug” do milênio, o Banco substituiu toda sua infraestrutura tecnológica de hardware e alterou 64% do seu acervo de software, com previsão de término para os demais sistemas de informação até 31 de outubro de 1998. Desta forma, o Banco do Nordeste fica isento de riscos que, porventura, poderiam ocorrer após 31/12/99.

Os investimentos com contratação de serviços de terceiros e recursos internos para adaptação dos sistemas legados estão orçados em R\$ 686 mil, sendo que apenas R\$ 16 mil, foram desembolsados até 30/06/1998.

Fortaleza, 22 de julho de 1998.

BYRON COSTA DE QUEIROZ

PRESIDENTE

ERNANI JOSÉ VARELA DE MELO

DIRETOR

RAIMUNDO NONATO CARNEIRO SOBRINHO

DIRETOR

OSMUNDO EVANGELISTA REBOUÇAS

DIRETOR

JEFFERSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

DIRETOR

MARCELO PELÁGIO DA COSTA BOMFIM

**SUPERINTENDENTE DE NEGÓCIOS E CONTROLE
FINANCEIRO**

EVERALDO NUNES MAIA

SUPERINTENDENTE JURÍDICO

IVO ADEMAR LEMOS – CONTADOR

CRC-CE N.º 10074

CPF-274.930.407-53

OBS.: Estas Notas Explicativas constituem parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 1998 e de 1997, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações dos recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do banco; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Conforme mencionado na nota explicativa no. 18, o banco implementou o seu plano estratégico de reestruturação, diferindo as despesas relacionadas com o referido plano até 31 de dezembro de 1997, em consonância com a faculdade conferida pelo Banco Central do Brasil por meio das Circulares nos. 2582/95 e 2.707/96, o que está em desacordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Este procedimento ocasionou a redução do resultado do semestre findo em 30 de junho de 1998 em R\$ 6.181 mil (1997 - aumento do resultado em R\$ 6.542 mil), bem como aumentou o patrimônio líquido e o ativo diferido no semestre findo em 30 de junho de 1998, respectivamente, em R\$ 40.165 mil e R\$ 70.431 mil (1997 – R\$ 55.345 mil e R\$ 76.143 mil). Tais valores consideram os efeitos da amortização e dos impostos e contribuições.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

- 4 Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 1998 e de 1997, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

- 5 Conforme detalhado na nota explicativa no. 3.c, o banco possui valores a receber do Grupo Mendes Júnior não provisionados no montante de R\$ 77.126 mil, os quais foram objeto de pareceres jurídicos e relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, culminando com o voto do Conselho Monetário Nacional, que conferiu tratamento de excepcionalidade em relação às normas do Banco Central. Em função da disputa jurídica e das garantias existentes relacionadas à cobertura do valor, a administração do banco concluiu e nós concordamos não ser possível a determinação do valor que será efetivamente recebido quando do desenlace da questão.

Fortaleza, 22 de julho de 1998.

Luis Geraldo Schonenberg
Contador
CRC SP.178.453-S-Ce
Trevisan Auditores
Independentes
CRC SP.13.439-S-Ce

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver procedido ao exame do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do Banco, relativos ao 1º semestre de 1998, e, tomando por base o Parecer dos Auditores Independentes - TREVISAN - AUDITORES INDEPENDENTES, de 22 de julho de 1998, é de opinião que as referidas Demonstrações Contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial do Banco.

Fortaleza(CE), 23 de julho de 1998.

CONSELHO FISCAL

Osmar Nelson Frota
Presidente

Rodrigo Pereira de Mello
Conselheiro

Mauro Sérgio Bogea Soares
Conselheiro

Pedro Wilson Carrano Albuquerque
Conselheiro

Pedro Paulo Monteiro Vieira
Conselheiro

**Banco do
Nordeste**



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Contábeis

F N E

Posição: 30.06.1998

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.89)

BALANÇO PATRIMONIAL

PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

30 DE JUNHO DE 1998 E 1997

(Valores em R\$ Mil)

	ATIVO		PASSIVO	
	30.06.98	30.06.97	30.06.98	30.06.97
CIRCULANTE	1.020.242	874.465	CIRCULANTE	6.912
DISPONIBILIDADES LIVRES.....	51.176	107.159	Outros Valores.....	6.912
Recursos a Alocar.....	51.176	107.159		
DISPONIBILIDADES COMPROMETIDAS.....	0	0	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.770.830
Recursos Alocados.....	0	0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	100.012	96.773	No exercício.....	475.069
Crédito Rural - Proagro a Receber.....	1.986	3.417	Em exercícios anteriores.....	2.496.636
Devedores por Repasses.....	98.026	93.356	RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	34.869
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	869.054	670.533	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	1.652.534
Financiamentos.....	244.899	188.956	RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	111.722
Financiamentos Agroindustriais.....	90.512	69.836		
Financiamentos Rurais.....	533.643	411.741		
OUTROS VALORES E BENS.....	0	0		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.757.500	2.900.375		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	4.753	4.882		
Crédito Rural - Proagro a Receber.....	4.753	4.882		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	3.752.747	2.895.493		
Financiamentos.....	925.764	809.422		
Financiamentos Agroindustriais.....	185.011	173.749		
Financiamentos Rurais.....	2.641.972	1.912.322		
TOTAL DO ATIVO	4.777.742	3.774.840	TOTAL DO PASSIVO	4.777.742
				3.774.840

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

30 DE JUNHO DE 1998 E 1997

(Valores em R\$ Mil)

	1º sem/98	1º sem/97
RECEITAS		
De Operações de Crédito.....	179.200	151.525
De Remuneração das Disponibilidades.....	4.192	3.949
DESPESAS		
De Administração.....	(71.667)	(56.623)
De Auditoria.....	(3)	(2)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	111.722	98.849

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

30 DE JUNHO DE 1998 E 1997

(Valores em R\$ Mil)

SALDOS EM 31.12.96	3.250.023
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO NO SEMESTRE	413.179
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	98.849
SALDOS EM 30.06.97	3.762.051
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	512.028
SALDOS EM 31.12.97	332.385
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO NO SEMESTRE	476.700
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	111.722
SALDOS EM 30.06.98	1.520.807
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	588.422

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

30 DE JUNHO DE 1998 E 1997

(Valores em R\$ Mil)

	1º sem/98	1º sem/97
ORIGEM DOS RECURSOS	590.155	530.172
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Outros Valores e Bens	0	6.110
Relações Interfinanceiras	1.337	0
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:		
Outros Valores	396	12.034
Transferências da União no Semestre	476.700	413.179
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	111.722	98.849
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	601.115	431.549
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Relações Interfinanceiras	0	7.853
Operações de Crédito	601.115	423.696
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(10.960)	98.623
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA	(10.960)	98.623
Início do Semestre	62.136	8.536
Fim do Semestre	51.176	107.159

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30.06.98

1. HISTÓRICO

O **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE** originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal (art.159 I “c”), tendo sido regulamentado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.89. Tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais; às desenvolvidas por micro e pequenas empresas; às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

Ao Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE cabe aprovar os programas de financiamento do Fundo, harmonizando-os com os Planos Regionais de Desenvolvimento, bem como indicar providências para compatibilização das respectivas aplicações com ações das demais instituições de desenvolvimento regional, avaliando os resultados obtidos.

2. ADMINISTRAÇÃO

O FNE é administrado pelo Banco do Nordeste, a quem cabe, por força da Lei n.º 7.827/89, gerir os recursos do Fundo; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos; fixar juros; deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo; prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos de aplicações e exercer outras atividades inerentes à função de órgão administrador.

Pela administração do FNE, o Banco do Nordeste faz jus à taxa de administração de 3% (três por cento) a.a., calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo.

3. FISCALIZAÇÃO DO FNE

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes os demonstrativos, com posição de final de mês, dos recursos, aplicações e resultados do Fundo.

4. RISCO OPERACIONAL

O FNE é isento de risco operacional, cabendo ao Banco do Nordeste, na condição de responsável pela integridade patrimonial do Fundo, honrar os créditos que se revelarem irrecuperáveis.

5. AUDITORIA EXTERNA

O FNE mantém auditoria externa, contratada às suas expensas, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

6. DIRETRIZES CONTÁBEIS

Conquanto administrado pelo Banco do Nordeste, o FNE tem contabilidade própria, valendo-se do sistema contábil do Banco, onde foram criados subtítulos específicos para o registro dos atos e fatos referentes ao Fundo, permitindo a apuração de resultados à parte.

As diretrizes contábeis adotadas pelo Banco do Nordeste para o controle do FNE estão consubstanciadas no Plano Contábil do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - COFIN, instituído pela diretoria do Banco no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n.º 7.827/89.

São os seguintes os principais destaques de procedimentos contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco do Nordeste sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados. Constituem despesas os valores relativos à contratação de auditoria externa e as decorrentes da taxa de administração a que o Banco do Nordeste faz jus como gestor do Fundo.

Os seus valores são apropriados pelo regime de competência, valendo destacar que as receitas oriundas das operações de crédito de curso irregular são também contabilizadas nas contas de resultado do FNE, considerando que o Fundo é isento de risco operacional.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

No Circulante os “Recursos Alocados” compreendem as disponibilidades já comprometidas em operações de crédito, porém ainda não liberadas. Sobre estes recursos, que representam disponibilidades em poder do Banco do Nordeste, incidem remuneração paga pelo Banco, cuja contabilização, é feita na adequada conta de resultado do Fundo, dentro do regime de competência.

Na estrutura patrimonial do FNE, as operações de crédito permanecem registradas em contas de origem até a sua final liquidação, não havendo transferência para rubricas de “Créditos em Atraso” e de “Créditos em Liquidação” nem constituição de provisões para créditos de difícil liquidação, considerando que o Fundo, isento de risco operacional, tem o Banco do Nordeste como garantidor dos créditos.

c) Passivo

Demonstrado pelos seus valores originais, acrescidos das atualizações monetárias devidas.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- ⇒ Transferências da União, na proporção de 1,8%(um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
- ⇒ Reserva de Contingência, na proporção de 1% (um por cento) sobre as transferências da União, com vistas a fazer face a perdas operacionais decorrentes de fatos extraordinários e alheios à vontade das partes contratantes.
- ⇒ Retornos e resultados operacionais;
- ⇒ Resultado da remuneração, paga pelo Banco do Nordeste, dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados;

8. APURAÇÃO DE RESULTADOS

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

O resultado do exercício corresponde ao resultado líquido decorrente do balanceamento das receitas e despesas do período, o qual se incorpora automaticamente ao patrimônio líquido do Fundo.

9. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame.

Fortaleza, 22 de julho de 1998.

BYRON COSTA DE QUEIROZ
Presidente

ERNANI JOSÉ VARELA DE MELO
Diretor

RAIMUNDO NONATO CARNEIRO SOBRINHO
Diretor

OSMUNDO EVANGELISTA REBOUÇAS
Diretor

JEFFERSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
Diretor

MARCELO PELÁGIO DA COSTA BOMFIM
Superintendente de Negócios e Controle Financeiro

EVERALDO NUNES MAIA
Superintendente Jurídico

IVO ADEMAR LEMOS – Contador
CRC-CE N.º 10074
CPF-274.930.407-53

OBS.: Estas Notas Explicativas constituem parte integrante das Demonstrações Contábeis.